

# MUDANÇAS CULTURAIS NO PORTUGAL MEDIEVAL DO SÉCULO XIV: do Conde D. Pedro ao rei D. Pedro I

Por Petrucio L. A. Pessoa\*

**Resumo:** no século XIV, Portugal passava por várias transformações que contribuíram para a alteração na cultura letrada. O desaparecimento dos grandes linhagistas, dos bispos-pregadores e o surgimento das ordens mendicantes, as crises políticas e econômicas modificaram drasticamente a forma como a cultura era vista no meio da Corte, em especial no reinado de D. Pedro I de Portugal (1357-1367). Nosso objetivo aqui é tratar sobre os diversos fatores que contribuíram para essas mudanças culturais desde o último linhagista português e sua produção cultural (conde D. Pedro de Barcelos) ao reinado de D. Pedro I.

**Palavras-chave:** Mudanças culturais. Conde de Barcelos. D. Pedro I. Portugal Medieval.

**Abstract:** in the fourteenth century, Portugal went through various transformations that contributed to the change in literacy. The disappearance of great genealogists, bishops preachers and the emergence of the mendicant orders, the political and economic crisis dramatically changed the way how culture was seen in the middle of the court, especially in the reign of Pedro I of Portugal (1357 - 1367). Our goal here is treat about the various factors that contributed to these cultural changes since the last Portuguese genealogist and his cultural production (Count D. Pedro de Barcelos) to the reign of Pedro I.

**Keywords.** Cultural changes. Count of Barcelos. D. Pedro I. Medieval Portugal

## 1 Introdução

Este trabalho é uma tentativa de compreender o período cultural que Portugal viveu no último quartel de século XIV, entre o fim do reinado de D. Afonso IV e o Reinado de D. Pedro I. O objetivo é perceber as mudanças culturais que ocorriam em Portugal durante a primeira metade do século já citado, como era o comportamento cultural da corte, da Igreja e como a partir da segunda metade do século XIV

essas referências começam a mudar, culminando com a encenação escolhida pelo rei para o registo da memória de Inês de Castro.

Na primeira parte do trabalho mostraremos como se portava a cultura no início do século XIV, vale salientar que, quando estamos a nos referir a cultura, estamos tratando da cultura literária, que era produzida na corte portuguesa já no fim século XIII e

ainda tinha muita força no início do século XIV; era a literatura em galego-português, com estilo de prosa ou cantigas. D. Pedro Afonso, o Conde de Barcelos, foi um dos últimos vultos da corte que fez uso dessa cultura, tentando representar o cotidiano da nobreza nortenha, dos grandes senhores, neste mundo que notoriamente está a mudar.

Trataremos também da situação cultural da Igreja em suas duas divisões principais, clero regular e secular, com sua produção intelectual nos mosteiros e também nas catedrais. O clero regular era muito diversificado nesse período, com exceção do mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, a produção cultural da maioria dos mosteiros resumia-se a cópias, e foi neste período que se iniciou em Portugal um alargamento da influência das ordens mendicantes, disputando espaço nas cidades com o predomínio dos bispos. As catedrais já começavam a apresentar uma menor produção cultural, todavia ainda preservassem alguns bispados com intelectuais. O latim era a escrita oficial da Igreja e sua base literária principal eram as escrituras sagradas e a vida e obra dos santos. Outras ordens religiosas, as militares, faziam usos das fontes escritas pelo Conde de Barcelos com intuito de legitimar sua origem e sua nobreza.

Na última parte do trabalho demonstraremos que no período do reinado de D. Pedro I essas mudanças culturais já estavam bem acentuadas e que os elementos culturais que o rei utilizou para “encenar” o coração de D. Inês de Castro com objetivo de legitimar a própria e sua linhagem perante os nobres são demonstrativos desse período de transição cultural, quando o valor da escrita não era tão apreciado na Corte do rei D. Pedro I como foi nas Cortes dos seus ascendentes.

## **2 A Cultura em Meados do Século XIV**

### **2.1 A Obra do Conde D. Pedro de Barcelos e seu Significado**

Ao falarmos de cultura, estamos a nos referir à cultura escrita, música, canções de gesta ou trovadorescas, a produção literária, em galego-português, estabelecida definitivamente nas cortes portuguesas após o governo de Afonso III de Portugal, tendo um forte amparo por D. Dinis (1279-1325), o rei-trovador, enfrentando uma decadência no reinado de D. Afonso IV (1325-1357), ficando unicamente vultos dessa cultura no reinado de D. Pedro I de Portugal (1357-1367).

Segundo Oliveira (1996), no início do século XIV a corte tinha uma grande produção cultural, eram as canções trovadorescas, as grandes genealogias

nobiliárquicas, as influências culturais da alta nobreza iam passando desde a mais alta nobreza até a mais baixa, através dos laços de suserania e vassalagem.

Em relação à cultura popular, não é nosso interesse tratar sobre ela, pois como as fontes aqui estudadas são fontes escritas produzidas pela nobreza, destacando o modo de vida cotidiano da mesma, é inviável, através destes documentos, traçarmos um panorama da cultura popular da época. Por sua vez, este trabalho preocupa-se em analisar a produção cultural de fontes literárias, ligadas à nobreza, especificamente entre os anos de 1325 a 1367.

Segundo Oliveira (1996), o conde D. Pedro de Barcelos, ou conde D. Pedro Afonso, era filho bastardo de D. Dinis; viveu no passo de Lalin entre os anos de 1235-1350, onde, talvez auxiliado por monges de São João de Tarouca, escreveu uma coletânea literária que deveria ser uma das mais brilhantes obras de Portugal na Idade Média: “Livro de linhagens do Conde D. Pedro”, “Crônica geral de Espanha de 1344” e o “Livro das cantigas de 1350”.

Para Saraiva (1971), o conde de Barcelos pode ser definido principalmente como um linhagista, que escreveu não de forma imparcial ou desconexa de ideologia, pois em seus escritos defendia a importância e a manutenção da nobreza senhorial galaico-portuguesa; contudo, seus escritos foram constantemente alterados, mudando assim o sentido original dos escritos do conde, como aconteceu no caso do livro de linhagem e da “Crônica Geral de Espanha de 1344”.

Conforme Oliveira (1996), o conde Pedro de Barcelos escreveu três grandes obras - “Crônica Geral de Espanha de 1344”, “O livro de Canções” e o “Livro de linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos” - , entre essas três, uma é uma crônica da Espanha e sua história, não fugindo assim desse ideal linhagista, ligando as grandes famílias de Portugal ainda à Espanha, em especial à Galiza. As outras duas obras não são diferentes ideologicamente; porém, mais voltadas ao universo nobiliárquico galaico-português da época, destacando principalmente famílias nobres da época: os Silva, Riba Douro e Sousa, grandes senhores do norte de Portugal.

Sua obra é uma tentativa de resgate de tudo que fez parte culturalmente deste mundo que ele via se perder; é um registo bem elaborado das práticas culturais da nobreza do entre Douro-e-Minho e Galiza. O conde via que as mudanças provenientes dessas novas dinâmicas de governos e de muitos

outros fatores, como constantes crises, aos poucos transformavam a sociedade portuguesa, que já não valorizava essa cultura essencialmente da nobreza, por isso, em um esforço, tentou resgatar o que possível fosse para que pudesse ficar registado para as próximas gerações.

Para Cintra (1983), em sua obra “Crónica Geral de Espanha de 1344” e no “Livro de linhagens do Conde D. Pedro de Barcelos”, ele deixou clara sua intenção, “meter amor e amizade entre os nobres fidalgos da Espanha” e “pera os que avyam de viir despois como pera sy mesmos e pera os outros que eram em seus tempos” (OLIVEIRA, 1996, p. 661), registar os grandes feitos da nobreza, e a pureza sanguínea das principais famílias.

Conforme Ferreira (2010), o conde, “defensor da nobreza”, deixava implícita em sua obra a intenção ideológica ligada aos valores da terra, dos senhorios do norte de Portugal, e da Galiza, das grandes famílias, seja a casa dos Maia e de Lara ou os Sousa, Riba Douro ou Riba de Visela. Já Saraiva (1971) defende que essa prática na historiografia medieval foi um mecanismo que a nobreza utilizou a partir da experiência obtida no clero regular, na defesa das principais famílias da Galiza e do norte de Portugal, estabelecida após a reconquista.

Nas palavras de Saraiva (1971), com a morte do conde de Barcelos, sua obra foi sendo modificada por interesses pessoais, das “novas nobrezas” da época; entre os principais acréscimos na obra do conde D. Pedro Afonso está a linhagem do mestre da ordem dos Hospitalares, Nuno Alvares Pereira. O interesse dessas nobrezas era legitimar suas origens nobres e, para isso, faziam uso de obras já consistentes, como a já reconhecida obra do Conde de Barcelos.

## **2.2 A Situação Cultural no Meio Clerical**

O cenário clerical do século XIV era bem diversificado; operavam em Portugal desde ordens religiosas a ordens militares religiosas, além do clero secular. Conforme Oliveira (1996), no reinado de D. Dinis atuavam em Portugal cerca de 161 casas religiosas, os considerados monges tradicionais e patrimoniais somando 75% dessas comunidades, uma vasta amálgama de ordens, regras e nomenclaturas; eram eles: Beneditinos, Cónegos Regrantes de Santo Agostinho, Cistercienses, Cónegos Regrantes de Santo Antão, Cluniacenses, Lóias, Donas de Santiago, Franciscanos, Dominicanos, Agostinhos, Calçados, Trinos, Carmelitas e Paulistas, além de quatro ordens militares, as antigas ordens de Santiago, Avis,

Hospital, e a ordem de Cristo (antiga ordem dos Templários).

As ordens religiosas patrimoniais e sedentárias serviam nos mosteiros, dedicavam-se ao trato da terra e da administração do patrimônio adquirido com o passar dos tempos, além de muitas outras funções administrativas e religiosas. As ordens religiosas do reino desempenharam um forte papel cultural, um bom exemplo é o imponente mosteiro de Alcobaça que, com o passar do tempo, tornou-se um centro de cópias conservando muitas obras importantes. Além do mosteiro de Alcobaça, o mosteiro de Santa Cruz de Coimbra sempre desenvolveu um papel cultural importante; e seu predomínio cultural persistiu até o século XIV.

O século XIV, em especial no reinado do governo de D. Afonso IV, foi marcado por crises que afetaram Portugal: as crises políticas, a guerra contra Castela, a Guerra Civil e principalmente a peste que assolou o país, ceifou um terço da população. Esses acontecimentos marcaram este século, principalmente os anos que circundavam as décadas de 50 a 70.

As constantes crises foram devastadoras para todas as instituições, inclusive para a Igreja. O déficit populacional comprometeu a renda da Igreja, que dependia de dízimos e de contribuições que diminuía gradativamente conforme o agravamento da crise e surgimentos de novas crises.<sup>1</sup> O século XIV foi um divisor de águas, estavam a desaparecer os grandes intelectuais das catedrais, ao mesmo tempo em que os mendicantes ganhavam voz dentro das cidades disputando espaço entre os pontos de pregação, também disputando o domínio ideológico com os colegiados das cidades.

As grandes cidades do Reino tinham um papel na preparação de guardiões da cultura escrita; eram os intelectuais, os mestres da literatura, do latim e da filosofia-teologia, também da pregação, cidades como Braga, Porto, Lisboa e Coimbra destacavam-se por esse domínio nas letras.

Segundo Marques (2002), as bibliotecas e as obras contidas nestas cidades podiam nos dar uma pequena ideia dessa cultura das letras, também os testamentos. Um exemplo disso foi a doação feita pelo bispo D. Vasco, que, em 1331, deixou ao Cabido cinco livros de sermões, ainda detalhando os conteúdos. Na cidade de Coimbra, a tradição da elaboração de sermões também era conhecida, em alguns testamentos foram encontrados livros de sermões datados de 1393, mas que poderiam ter sido copiados de anos anteriores; mesmo que não tivessem sido, destacam uma tradição da pregação

nessa instituição no século antes e durante o século XIV.

Conforme Marques (2002), um dos poucos registros desses bispos-pregadores, intelectuais, ligados ao meio da leitura, e que tinha conhecimento da obra de Santo Agostinho e do Latim, verdadeiros letrados, era o Arcebispo de Braga, D. João de Cardaillac (1361-1371), que, nas exéquias de dona Inês de Castro, fez uma pregação baseada nas circunstâncias e obedecendo aos anseios políticos do monarca, legitimando em suas palavras o casamento de D. Pedro I e D. Inês.

A pregação de D. João de Cardaillac, possivelmente, agradou tanto ao rei como ao público que o ouvia em latim; argumentando e escolhendo bem as palavras, conseguiu envolver tanto as intenções políticas do rei como as belas e santas palavras da Bíblia. Não entrando no mérito ou intenções do pregador, contudo salientando sua grande capacidade intelectual, foi possivelmente um dos últimos e expressivos exemplos dessa cultura erudita da Igreja no Século XIV.

### **3 O Período do Rei D. Pedro I**

#### **3.1 A Alteração da Conjuntura**

Conforme Oliveira (1996), quando o rei D. Afonso IV assumiu o Reino, muitas mudanças de caráter estrutural tinham sido feitas pelo seu pai, o rei D. Dinis, apesar de não reforçá-las até possivelmente 1331 (pois sua subida e manutenção do trono devia-se muito ao apoio da nobreza terratenense opositora de seu pai); logo depois de um tempo, o rei dedicou-se a pô-las em prática e mais ainda aplicou-se a fazê-las de forma que marcou a história político-administrativa de Portugal.

Oliveira (1996) ainda destaca que a política de domesticação da nobreza, uma forte política de relações internacionais, abertura dos portos de Portugal ao estrangeiro, o comércio internacional foram as bases desse governo. Esse fortalecimento de acordos e das relações internacionais, de natureza política ou econômica, era expresso a partir dos diversos tratados e casamentos, como a confirmação do Trato de Agreda (1328-1329), tratados bilaterais com Castela (1327-1329), com Aragão (1338) e os acordos de casamento entre a Infanta D. Maria, filha de Afonso IV com Afonso XI de Castela, do Infante D. Pedro com D. Branca, filha do infante Pedro de Castela, ambos no ano de 1328, além da tentativa de casar a infanta D. Maria com Eduardo III de Inglaterra, que fracassou com o falecimento do pretendente inglês antes do enlace.

O clima de estabilidade interna e paz com os

reinos vizinhos possibilitou ao rei Afonso IV pôr em vigor muitas das medidas que seu pai já havia proposto; entre essas medidas, estava a dar continuidade à política de centralização através das muitas reformas administrativas e judiciais. A pretensa paz com Castela durou pouco, o descontentamento entre as coroas teve como “estopim” os problemas no casamento entre D. Maria e Afonso XI, essa amálgama de desentendimentos levou a uma guerra entre as coras ibéricas, tendo início em 1336 e só tendo fim em 1339, quando ambos os reis assinaram o tratado de paz em Sevilha, negociado pelo bispo de Rodes, o enviado do Papa Bento XII.

Durante o reinado de D. Afonso IV, Portugal enfrentou muitas mudanças positivas e negativas, a expansão comercial trouxe o alargamento e reconhecimento de Portugal em muitos países e foi neste período que ocorreu a primeira infestação de peste no Reino, os prejuízos causados por esta doença foram incalculáveis, a proliferação da morte e uma quase falência do país, que nunca antes tinha enfrentando uma crise de proporções tão devastadoras.

A peste trouxe para Portugal prejuízos imensos, contudo, uma crise política entre o rei Afonso IV e o seu filho o infante D. Pedro atingiu dimensões incontroláveis; o herdeiro do trono, que era casado com D. Constança, manteve relações extraconjugais com uma das damas ou aias da esposa, a famosa, e cantada até hoje, Inês Pérez de Castro, filha do D. Pedro Fernandez de Castro, um poderoso senhor galego. Segundo Vasconcelos (1928), o Rei D. Afonso IV, para evitar uma crise maior com a nobreza insatisfeita, também se prevenindo de uma interferência política do partido dos Castros em Portugal, condenou dona Inês de Castro à morte e, com isso, a paz do reino teve fim, as velhas querelas entre reis e infantes portugueses voltaram à cena e D. Pedro declarou guerra ao seu pai, como assim fez Afonso IV ao Rei D. Dinis.

Quando o rei D. Pedro I assumiu o reinado, o país passava por uma crise de proporções gigantescas; até então, não se havia falado de uma crise como a iniciada no ano de 1348, contudo, no início do reinado legítimo de D. Pedro I, no ano de 1357, outro surto de peste assolou Portugal. O grande impacto da peste foi principalmente demográfico, a diminuição da população agravou assim toda a situação interna do país.

Para Oliveira (1996), o rei D. Pedro I foi um homem que, diferentemente de seu pai, conhecia muito bem o país, de norte a sul, manteve relações



mais próximas com a nobreza e os conselhos e perseguiu o clero, tanto regular como secular, suas antipatias, talvez causadas ainda por um rancor no caso de Inês de Castro; contudo, é possível perceber que esse comportamento em relação ao clero não o afastava definitivamente de alguns clérigos da alta cúpula, foi o caso do arcebispo convidado para as exéquias de Inês de Castro, que pelo sermão feito em defesa do casamento entre o rei e sua amante, demonstrando assim um apoio às intenções do rei de legitimar os filhos de Inês na linha de sucessão, D. João de Cardaillac<sup>2</sup> não deixava motivos para antipatia com o rei; pelo contrário, mostrou-se como aliado.

O reinado de D. Pedro de Portugal teve início no ano 1357 e terminou em 1367, um reinado curto e marcado por uma crise política e econômica muito forte que influenciou diretamente outras esferas da vida portuguesa, inclusive a cultura. O seu envolvimento com Inês de Castro, seu “casamento”, a condenação da mesma Inês pelo seu pai não são apenas acontecimentos por si, mas demonstram uma ruptura nos paradigmas culturais da época; foi após estes acontecimentos e como eles foram representados que a cultura da nobreza de época pôde ser entendida.

A busca incansável de D. Pedro I para legitimar o seu casamento não por motivações amorosas, como é explicitado pelo mais brilhante dos poetas portugueses, é possível que o Rei D. Pedro I tenha se apaixonado na sua juventude por Inês de Castro, mas a legitimação do seu casamento tinha uma motivação política, era uma questão de subsistência da linhagem; legitimando o casamento, o Rei teria dois herdeiros fortes e saudáveis e que poderiam sucedê-lo no reinado.

Uma das medidas tomadas foi o pedido feito ao Papa; como esse nunca respondeu, foi feito um inquérito com testemunhas que de uma forma contraditória defendiam a legitimação do casamento, mas a escolha do rei foi uma encenação; túmulos belíssimos e um belo sermão que marcariam a memória de todos os presentes.

O tempo estava a mudar de um período de expansão e consolidação política, econômica e cultural para um período de crise, instabilidade, peste, que afetara todos os grupos sociais. A cultura literária das cortes, aos poucos, desaparecia; com o Conde de Barcelos, os grandes bispos pregadores e conhecedores de latim e obras clássicas da teologia e direito desapareciam com Candaiaç, sobrando as ordens, sejam elas mendicantes e também militares. As ordens mendicantes disputavam espaço nas

idades, entre si, e ganhavam espaço perante as catedrais; já as ordens militares, por sua vez, apropriavam-se da literatura para legitimarem sua posição social como nobreza ascendente.

### **3.2 O Empobrecimento da Cultura Literária na Corte do Rei**

O último grande vulto da cultura laica na primeira metade do século XIV tinha sido D. Pedro Conde de Barcelos; ele representava uma nobreza ligada aos valores da terra, a grande aristocracia da Galiza e do Portugal entre Douro-e-Minho do início do século XIV, amante das canções trovadorescas, das canções de gesta ou de escárnio, a prosa nas linhagens ou genealogias escrita primordialmente em galego-português.

A escrita nesses círculos era valorizada; o galego-português servia para registrar desde os fatos heroicos dessa nobreza, como também a música e as poesias referidas às canções trovadorescas, a cultura cortesã estava ligada a esses meios de expressão artística que animavam os bailes, banquetes, cortejos, como todo cotidiano das cortes. A cultura literária em galego-português, em suas muitas variações, música, canções de trovas e prosa, foi muito utilizada no dia a dia da corte de D. Diniz (1279-1325), o “rei-trovador”, mas passou a ser desvalorizada a partir do reinado de D. Afonso IV.

A nobreza no tempo de D. Pedro I estava a sofrer fortes mudanças, ainda persistia na corte nobres galegos como os Castros, nobres do norte do país, mas já começava a aparecer uma nobreza diferenciada, mais jovem, com valores diferentes, já que boa parte da nobreza tradicional acompanhou seu pai na guerra civil; porém, mesmo depois de terminada a guerra, D. Pedro continuou mantendo relações mais próximas aos conselhos e à essa nobreza já citada. D. Pedro foi um rei que conheceu muito bem o país, e talvez por essas muitas andanças tenha introduzido em sua corte elementos mais populares, assim como defende Guinzburg (2006), que a cultura popular é influenciada pela erudita, sendo também a cultura erudita influenciada pela cultura popular, influenciando-se mutuamente em um movimento interligado denominado circularidade cultural, talvez possamos dizer que a corte de D. Pedro I tenha sofrido influências diretas da cultura popular.

Em um episódio em particular, é possível perceber esse empobrecimento da cultura na corte do rei D. Pedro I, foi “no verão de 1366, veio a Portugal o embaixador francês Mathieu de Gournay” (GÓMEZ apud SERRÃO; MARQUES, 1986, p. 462).

Como era costume, foi preparado um banquete, com a presença dos nobres; era uma festa de gala. “No banquete que participou, teve a ocasião de escutar menestrais portugueses, cuja execução musical era acompanhada de ampla gesticulação e expressão por vezes exagerada” (GÓMEZ apud SERRÃO; MARQUES, 1986, p. 462).

Um homem acostumado com toda a delicadeza e elegância da corte francesa via-se agora em um espetáculo muito popular, com gesto exagerados, música alta; essa encenação musical causou uma má impressão no embaixador, que possivelmente saiu ofendido de Portugal. Como diz ainda Maria Carmen Gómez (apud SERRÃO; MARQUES 1986, p. 469), “O relato deste espetáculo, posto em verso pelo cronista francês Jean le Cuvelier, dá um preciso testemunho sobre a música no ocidente da Península em meados do século XIV”.

O gosto musical de D. Pedro I era mais ligado a músicas altas, músicas de cortejos, caçadas, músicas que representavam o cotidiano do rei; aos poucos, esse estilo foi sendo introduzido na corte em eventos mais formais, como foi o caso da visita do embaixador; contudo, não agradava aos ouvidos mais sofisticados da Europa.

Foi só partir do reinado de D. Duarte e D. Afonso V que a corte voltou a ser enriquecida de valores culturais mais eruditos com as fortes influências sofridas, principalmente da corte aragonesa e borgonesa; foi introduzida na corte portuguesa cantigas, “motetes, baladas, rondós, laias e virelais”, através das muitas visitas de menestrais estrangeiros ao reino de Portugal.

### **3.3 A Memória de Inês de Castro como Indicador da Nova Cultura de Corte**

A história de Inês de Castro e D. Pedro é uma das mais contadas e cantadas em Portugal; ganhou vida inicialmente com Fernão Lopes e depois, eternizada por Camões. Contudo, vale salientar que tratar desse assunto sempre é difícil, por muitos motivos, que incluem, em primeiro lugar, a ausência de fontes escritas da época em que os fatos aconteceram, pois as que existem são bem sucintas, como é o fato dos registos encontrados no “Livro de Noa” ou “Livro das Eras de Santa Cruz de Coimbra” e no “Chronicon alcobacense”, o registo é quase o mesmo: que “O rei D. Afonso mandou degolar Dona Inês em sete de janeiro de 1355” (OLIVEIRA, 2009, p. 114).

A condenação de D. Inês de Castro não se deu apenas motivada pelo enlace da jovem com o infante D. Pedro. A história entre o casal começou ainda no tempo em que o infante se casou com D. Constança,

que, ao vir de Castela para Portugal, trouxe uma “aparenta”, Inês de Castro, para acompanhá-la, como era o costume da época. O pior é que o jovem futuro rei apaixonou-se por dona Inês, causando muitos escândalos ao reino. O rei pai, D. Afonso IV, mandou que a Castro fosse exilada para Castela, trazendo uma paz momentânea entre a corte e o rei.

Com a morte de D. Constança, o infante D. Pedro viu-se livre e mandou voltar a amada; e continuou o romance, que rendeu ao casal dois filhos varões, D. João e D. Dinis de Castro, filhos fortes e saudáveis que poderiam sucedê-lo no futuro. Ao voltar de Castela, D. Inês foi viver no mosteiro de Santa Clara, e o infante D. Pedro I mantinha vida conjugal com a mesma, sem se preocupar com os comentários que chegavam ao rei D. Afonso IV. O problema é que o envolvimento entre o casal de amantes passava a incomodar cada vez mais a nobreza, sendo esse um dos motivos pelos quais o Rei condenou à morte dona Inês de Castro.

Conforme Oliveira (1996), após a morte de dona Inês, explodiu a guerra civil entre o partido do infante D. Pedro I e do Rei D. Afonso IV. A morte de Inês de Castro tinha sido permitida pelo rei para tentar frear a influência do pai de D. Inês de Castro em Portugal, sendo um grande magnata em Castela, queria estender seu domínio em Portugal; por isso, se sua filha chegasse a ser rainha, facilitaria a ele alcançar seus objetivos. A influência do mesmo sobre Inês de Castro e sobre o infante incomodava muito a nobreza ligada ao rei D. Afonso IV, sendo esse o principal motivo da condenação de D. Inês.

O principal interesse do jovem infante com dona Inês estava em manter sua linhagem, pois seu filho, D. Fernando, era um homem com pouca saúde e, percebendo isso, o rei D. Pedro pediu a permissão do Papa para casar-se com Inês, selando assim a continuidade de sua dinastia, porém, o que estava bem certo de ocorrer não foi possível depois que o Rei condenou a jovem Inês de Castro.

Para Oliveira (2009), a guerra civil refletiu todos esses interesses; e mesmo depois da morte de Inês e do infante D. Pedro chegar ao trono, buscou concluir seus planos de provar a legitimidade de seu casamento e de sua prole com a Castro. Coroado em 28 de maio de 1357, D. Pedro I continuou com seus planos, mesmo depois da decepção quando o Papa Inocêncio VI, por meio de uma bula, declarou ilegal o casamento e os filhos de D. Pedro I.

Mesmo sendo rei, D. Pedro I agora tinha um problema: o Papa, autoridade maior da Igreja, o único que poderia definitivamente acabar com as querelas entre nobres e o rei sobre a legitimidade do

casamento, não atendeu ao pedido do rei português. Sem desistir de seus objetivos e vendo o perigo que seria confiar na saúde de infante D. Fernando, D. Pedro criou todo um cenário para “provar” através de muitos elementos artísticos e culturais a validade de seu casamento com Inês de Castro, legitimando assim os seus filhos com Inês.

É possível que o casamento de D. Pedro e Inês de Castro tenha ocorrido, é também possível até que o Rei realmente amasse D. Inês; são muitas as possibilidades, todavia, é muito difícil de provar tais coisas, já que os relatos sobre tais fatos só ocorreram quase um século depois.

Não tendo na corte do rei D. Pedro I essa tradição para a escrita historiográfica, que já havia na Espanha, o rei buscou outros elementos em busca da manutenção de uma memória de seu casamento com Inês, buscou meios que tinham seu significado para época; contudo, perdeu seu sentido com o passar dos anos, chegando a nossos dias o relato de Fernão Lopes com o signo de verdade, sendo modificado pela intenção que o autor comungava.

A encenação histórica que D. Pedro I promoveu teve seu ponto de partida com um processo jurídico, onde o mesmo chamou testemunhas para provarem que o rei teria realmente se casado com Inês de Castro em Bragança; apesar de as testemunhas afirmarem o casamento, a data não era precisa. Para Lopes (1965), para concretizar todo o seu plano, seria preciso um ato grandioso, marcante; podemos aqui traçar um roteiro: em primeiro lugar, seria a perseguição e execução dos acusados de sua amada esposa; segundo, seria a construção dos fabulosos túmulos no Mosteiro de Alcobaça e, finalmente, a transladação do corpo de D. Inês do mosteiro de Santa Clara ao Mosteiro de Alcobaça.

Depois de vingar-se dos assassinos de sua amada, descrito por Fernão Lopes representando um ato de justiça, o rei começou a organizar a maior de todas as encenações, primeiro a construção dos túmulos e sua colocação em Alcobaça, e depois a transladação, com direito a um sermão bem elaborado com referências bíblicas que comparavam o casal Pedro e Inês a Abraão e Sara, pais de uma nação; desta forma, além de legitimar seu casamento, Cardaiac legitimava também os filhos de Pedro e Inês.

Os túmulos foram depositados em Alcobaça com o consentimento dos monges, originalmente estavam colocados em uma posição que, ao celebrarem as missas pelos mortos, o casal poderia assistir lado a lado toda a celebração. Conforme lemos em Lopes (1965), os túmulos estão

repletos de figuras que se complementam, possivelmente a ideia original era que a narrativa ali contida só poderia ser contada a partir das duas esculturas.

O estudo dos túmulos ainda é muito fértil, há uma necessidade de saber mais, já que em relação à escrita não há nada de muito claro. Um relato escrito sobre os túmulos é o testamento do rei que pede para ser sepultado em Alcobaça, onde está seu túmulo; todavia, são poucos os relatos escritos sobre um evento de tão grande repercussão na época.

Para Vasconcelos (1928), até hoje não se sabe quem foi o autor dos túmulos de Alcobaça, sabe-se que o material usado para fazê-los foi uma pedra calcária comum das proximidades do mosteiro; é possível perceber que túmulos como esse não são comuns na Europa da época, nem em França ou em Castela. São únicos na Europa, um enigma para os historiadores da arte, são verdadeiros poemas esculpidos.

A inexistência de fontes literárias escritas, o fato de ter havido um evento de grande importância no país e que não houve um registo equivalente ao tão importante acontecimento provam só o empobrecimento cultural que a corte do Rei D. Pedro I enfrentava na época. Por mais que os túmulos sejam de uma genialidade inexplicável, é, no mínimo, estranho não haver sequer um relato que registasse tal feito. A crônica literária que o Conde D. Pedro de Barcelos usou com tanta precisão, também que muitos fizeram da obra do próprio conde, em busca de uma legitimação de suas origens nobres, não tinha valor para a corte do Rei D. Pedro I. Os motivos que levaram o rei a escolher a escultura e a encenação para relatar, preservar a memória de seu casamento com D. Inês de Castro, ainda é desconhecida, mas é possível entender que a escolha não foi só por questões de opção, mas porque não havia a intenção do registo através na literatura. D. Pedro I nunca pensou que depois de sua morte a sua própria história seria modificada para favorecer legitimação de um novo tempo, a dinastia de Avis.

#### 4 Conclusão

Ao terminar esse trabalho, chegamos a algumas conclusões; em primeiro lugar, que o período em que viveu D. Pedro I, mesmo no tempo em que ainda era infante, passava por uma crise de proporções incalculáveis; essa crise modificou toda a conjuntura política e econômica, afetando também todas as outras dimensões, inclusive a cultura.

A crise estabelecida em Portugal trouxe um

período de mudanças, que inicialmente foram percebidas pelo Conde D. Pedro de Barcelos, quando viu esvaír-se aos poucos os elementos que compunham a cultura e o cotidiano da corte. Essa crise trouxe proporções que atingiram a cultura da época; as provas poderiam ser desde a visita do diplomata francês à corte de D. Pedro e como o mesmo saiu depois de ver o que era apresentado pelos artistas da corte.

O cerne do empobrecimento cultural da corte portuguesa revelou-se quando, com a necessidade de D. Pedro I em registar o seu casamento com D. Inês, em vez de buscar a cultura escrita, preferiu outros mecanismos, possivelmente por estar mais preocupado com sua própria época. Percebeu-se também que as narrativas românticas sobre D. Inês e D. Pedro I são posteriores à época em que viveram.

A prova do casamento (já que não conseguiu legitimação do Papa) era uma questão prática, de manutenção da linhagem; para isso, o rei criou uma estratégia de encenação que iniciaria com a perseguição dos algozes de sua “esposa”; depois, as testemunhas, realização de um inquérito que provasse que o casamento tinha realmente corrido e, finalmente, o traslado do corpo de D. Inês para Alcobça.

Percebemos que a história consegue “tirar o brilho” dos relatos românticos; assim nos sentimos depois de ouvir por muitas vezes a história do amor entre Pedro e Inês e concluir que toda a encenação histórica do rei tinha mais uma natureza prática que romântica. Esse é o ofício do historiador: elucidar questões difíceis contribuindo para o bem da ciência.

#### Notas:

<sup>1</sup> Ao tratar de crise e crises, supomos as muitas dificuldades que Portugal sofreu com guerras, peste e crises financeiras, principalmente do início do século XIV aos anos 70 desse mesmo século.

<sup>2</sup> Para saber mais sobre esse assunto, consultar MARQUES, 2002, p. 339.

#### Referências:

ANTUNES, J.; MONTEIRO, J. G.; OLIVEIRA, A. R. Revoltas e revoluções: conflitos políticos entre a reconquista e a expansão. *Revista de História das Ideias*, Coimbra, v. 6, p. 25-1661, 1984.

CINTRA, L. F. L. *Crónica geral de Espanha de 1344*. Lisboa: Associação Portuguesa de História, 1983.

GUIZBURG, C. *O queijo e os vermes; o cotidiano de um moleiro perseguido pela inquisição*. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

LOPES, F. *Crônica de D. Pedro I*. Porto: Livraria Civilização, 1965.

MARQUES, J. *A pregação em Portugal na Idade Média: alguns aspectos*. Porto: Universidade do Porto, Faculdade de Letras, 2002.

MATTOSO, J. *Livro de linhagens do Conde D. Pedro*. Ed. crítica. Lisboa: Academia das Ciências de Lisboa, 1980. (Portugaliae Monumenta Historica, Nova Série, 2).

MATTOSO, J. A literatura genealógica e a cultura da nobreza em Portugal: séculos XIII-XIV. In: MATTOSO, J. *Portugal medieval: novas interpretações*. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 1985. p. 309-328.

MATTOSO, J. *A nobreza medieval portuguesa: a família e o poder*. Lisboa: Estampa, 1987.

MATTOSO, J. *Identificação de um país: ensaio sobre as origens de Portugal (1096-1325)*. Lisboa: Estampa, 1988. 2 v.

NASCIMENTO NETO, C. A. C. *As Ordens Militares na cultura escrita da nobreza – 1240-1350*. 2012. 141 f. Dissertação (Mestrado em História Medieval) - Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa, Lisboa, 2012.

OLIVEIRA, A. R. A cultura das cortes. In: SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O. (Dir.) *Nova História de Portugal*. Lisboa: Presença, 1996. p. 660-691.

OLIVEIRA, A. R. *As vidas de D. Pedro e de D. Inês de Castro na historiografia medieval portuguesa*. Porto: Seminário Medieval 2007-2008, 2009.

SARAIVA, A. J. O autor da narrativa da batalha do Salado e a refundição do Livro do Conde D. Pedro. *Boletim de Filologia*, Coimbra, n. 22, p. 1-16, 1971.

SERRÃO, J.; MARQUES, A. H. O. (Dir.). *Portugal em definição de fronteiras (1096-1325): do Condado Portucalense à crise do século XIV*. Coord. Maria Helena da Cruz Coelho e Armando Luís de Carvalho Homem. Lisboa: Presença, 1996. (Nova História de Portugal, 3).

SILVA, J. C. S. *Os túmulos de D. Pedro e D. Inês em Alcobça*. Nova Série XVII-XVIII. Lisboa: Portugalia, 1996-1997.

VASCONCELOS, A. *Inês de Castro: estudo para uma série de lições no curso de História de Portugal*. Coimbra: Instituto de Estudos Históricos, Faculdade de Letras, 1928.

**\* Doutorando em Altos Estudos em História, História da Idade Média, na Universidade de Coimbra, Portugal.**